

**ACTA**

Aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – a) – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “A 24 de Junho de 1128 o Infante Dom Afonso Henriques com a ajuda dos seus amigos e dos nobres de Portugal, travou uma batalha contra as tropas de sua mãe, D. Teresa e do conde galego Fernão Peres de Trava, “tendo-os vencido e esmagado”. Foi o primeiro dia do Reino de Portugal. Aqui nasceu Portugal. Orgulham-se os vimaranenses desta façanha e assim a querem perpetuar quer através da inscrição nas muralhas da torre da alfandega, quer nas comemorações que ano após ano o Município e as gentes de Guimarães teimam em não deixar cair no esquecimento. A sessão solene é um momento único em que o representante máximo do Município, o Presidente da Câmara deve aproveitar para reforçar um desejo legítimo dos vimaranenses, o de consagrar o 24 de Junho como Feriado

Nacional. Como é possível que Portugal comemore como feriado nacional o 1º de Dezembro (restauração da independência) e não tenha igual atitude para com o 24 de Junho (primeiro dia da independência). O que assistimos neste ano na sessão solene merece o reparo e a censura dos vereadores do PSD. Faltou dimensão Nacional à Sessão Solene. Compete ao Presidente da Câmara a representação do Município e do Executivo Municipal e sobre essa legitimidade não há nenhum reparo a fazer. Mas quanto ao modelo utilizado, registamos, enquanto vereadores de pleno direito nesta Câmara e julgo que não estivemos sozinhos neste sentimento, o desconforto que sentimos por termos sabido do modelo e da escolha de um colega de vereação para intervir na sessão solene, apenas no próprio momento da sessão solene. Não se percebeu: 1 – **a razão da escolha**, porque uma vez não partilhada, não estava a senhora vereadora mandatada para nos representar; 2 – **o conteúdo**, porque ao que assistimos foi uma repetição na essência dos fundamentos que estiveram na base da sua aprovação por unanimidade neste órgão e que já nessa sessão solene tinham sido apresentados pelo Dr. José Nobre; 3 – **a forma**, porque foi uma intervenção demasiado pessoal e pessoalizada, mais apropriada para uma tertúlia e menos para uma sessão solene. As referências e o conhecimento pessoal dos homenageados, manifestada pela Vereadora faz crer que foi apenas iniciativa sua, a proposta de nomes para as condecorações. Há alguma razão especial para que isto tenha acontecido? Sem querer especular por ser matéria da competência exclusiva do Partido Socialista, gostaríamos de saber se isto tem alguma coisa a ver com a sucessão que obrigatoriamente vai ocorrer na próxima candidatura autárquica do PS? O que sucedeu na sessão solene do 24/Junho não foi sequer uma delegação



noutro vereador, pois que o Presidente de Câmara esteve igualmente presente e interveio inclusivamente. O que se passou foi a Câmara a falar a duas vozes, num exercício que não sendo de delegação, passou a sensação de ser de escolha, ou opção.” **2 – Vereadora Luísa Oliveira – a)** – Manifestou o desejo de que a reabilitação do Bairro Nossa Senhora da Conceição sirva para a Autarquia resolver os problemas na urbanização privada existente do outro lado da rua; **b)** – Referiu a necessidade de a Autarquia levar a cabo uma intervenção na zona da cerca de Selho no sentido de serem evitadas inundações. **3 – Vereador José Manuel Torcato Ribeiro – a)** – Saudou a equipa do Programa Mapa 2012 a propósito da requalificação do Bairro Nossa Senhora da Conceição; **b)** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “No passado dia 24 de Junho, foram inaugurados dois edifícios escolares, situados um em Urgezes e o outro em Ponte. Independentemente das opções arquitectónicas da sua concepção, naturais, até pelo facto de se tratarem de dois arquitectos distintos, chamou-me à atenção a aparente diferença dos materiais utilizados, provocando-me a sensação de que um edifício mostrava alguns sinais de riqueza, em contraste com a sobriedade do outro. Admitindo a subjectividade que esta análise suscita, gostaria de saber se o preço de construção por metro quadrado estipulado para os edifícios públicos é uniforme ou variável.” **4 – Vereadora Francisca Abreu** – Informou não estar ainda decidido o percurso definitivo da Marcha Gualteriana devido às obras em curso no centro da Cidade, referindo que as alterações serão oportunamente divulgadas. **5 – Vereador Domingos Bragança** – Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Torcato Ribeiro disse que a construção de centros escolares obedece aos critérios

aprovados em cada candidatura bem como a determinados requisitos, programas e regras previstos em normas legais que os projectistas têm de considerar. Acrescentou, a propósito, que os projectistas têm também de considerar o custo dos materiais. **6 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** - Sobre o Mapa 2012, disse que a equipa técnica é competente e que está a trabalhar para se intervir noutros locais do concelho; **b)** – Sobre a reabilitação do prédio referido pela Vereadora Luísa Oliveira, disse ter falado recentemente com o promotor, que reconheceu que era altura de intervir, considerando a reabilitação do bairro vizinho; **c)** – Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes, disse que, quer a ex-Ministra da Cultura, quer o actual Secretário de Estado, tinham sido convidados para a Sessão Solene do 24 de Junho. Contudo, a ex-Ministra, como se compreende, entendeu que não deveria comparecer visto já não estar em exercício de funções. Quanto ao Secretário de Estado, na altura ainda indigitado, explicou que não poderia comparecer em virtude de a tomada de posse ter chegado a estar agendada para a manhã do dia 24 de Junho, o que não chegou a acontecer. Por último, elogiou a intervenção da Vereadora da Cultura na cerimónia do 24 de Junho, tendo sido escolhido um modelo com a preocupação de dignificar a cerimónia.

----- **DELIBERAÇÃO** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR COM O ARTISTA JOSÉ DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: “Considerando: a) Que o Município de Guimarães se encontra a construir um equipamento designado por Plataforma de Artes e Criatividade, no quadro dos equipamentos



incluídos na candidatura de Guimarães a Capital Europeia da Cultura 2012; b) Que, desde a génese de tal equipamento, existe a intenção por várias vezes declarada de ali instalar um Centro Internacional de Artes destinado a acolher parte do espólio do Mestre José de Guimarães; c) Que já iniciámos com o Mestre José de Guimarães um processo de negociação com vista ao estabelecimento de um contrato de comodato tendo como objecto a cedência, por parte daquele artista, ao Município de Guimarães, de um conjunto de obras de arte por um período dilatado de tempo, durante o qual tais obras constituirão o espólio do referido Centro Internacional de Artes; d) Que a tramitação de tal processo negocial, pelas suas implicações legais e patrimoniais, pode prejudicar a possibilidade de assegurar a existência de uma exposição aquando da inauguração do equipamento, prevista para 24 de Junho de 2012; e) Que, por corresponder à vontade manifesta das partes, seria oportuno acordar desde já nos termos em que se viabilizará a exposição de inauguração, sem prejuízo do processo negocial correspondente ao regime de comodato final. Proponho a aprovação da minuta de contrato de comodato anexa.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse transcrita em acta.** Assim, a propósito deste contrato de comodato, quis transmitir uma *“nota de enorme regozijo pelo que significa a aprovação deste contrato de comodato, após tantos problemas, depois de tantas contrariedades, depois de tantas declarações públicas menos avisadas relativamente a este assunto”*. Quis, ainda, aproveitar a oportunidade para deixar um *“particular agradecimento ao Mestre José de Guimarães, pela cedência gratuita (ainda que temporária)*

de um enorme e valiosíssimo espólio de obras de arte, que assim ficam à disposição de Guimarães e dos Vimaranenses”, o que leva a que a Câmara esteja a votar um comodato em que pela primeira o Município não participa como comodante, mas como comodatário. De seguida, deixou, ainda, alguns comentários ao contrato: 1 – Considerou “particularmente assisada” a alínea d) dos considerandos do contrato de comodato, que é aquela que mais explica o porquê de se estar a votar este contrato, que é a circunstância de se ter querido – e bem – separar, isolar, a parte em que há acordo, a parte que está já trabalhada entre as partes, viabilizando assim a existência de material expositivo para inauguração da Plataforma das Artes e meses imediatos, no decurso da CEC/2012. 2 – O nº 5 da cláusula primeira que, numa frase, resume toda a discussão e documentação da decisão de entrega à Oficina da gestão da Plataforma das Artes, que teve lugar há pouco tempo atrás em reunião de Câmara, plasmando agora a necessidade de obtenção de acordo escrito, condição na altura exigida precisamente pelo PSD para atribuição do voto favorável, disse mesmo que “aquando da discussão da atribuição da gestão da Plataforma das Artes à Oficina, o PSD condicionou a atribuição do voto favorável à concordância do Mestre José de Guimarães. Esta norma agora coloca-o sob a forma de letra contratual, o que, vindo ao encontro das nossas preocupações, em devido tempo manifestadas, só pode merecer o nosso aplauso”. 3 – O nº2 da cláusula quarta, que ajuda a resolver uma das questões sensíveis na negociação que teve lugar, impondo a necessidade de aprovação pelo Mestre José de Guimarães, da pessoa ou pessoas que tenham que manusear as obras por ele cedidas. Concluiu com uma nota de elogio à “serenidade com que o processo foi conduzido por forma a permitir a conciliação de



*posições aparentemente inconciliáveis”, tendo deixado igualmente uma nota positiva ao funcionamento do executivo municipal, que neste processo funcionou como um todo, pelos interesses de Guimarães, pois, como revelou, “o PSD foi abordado diversas vezes, por diversos intervenientes e desde finais do ano passado, para intervir sobre este assunto, para intervir nesta matéria, o que poderia sempre ser entendido como uma tentativa de embarcar na onda de polémica que se vinha gerando. No entanto, interpretando esta como uma questão importante para Guimarães, interpretando esta situação como algo para resolver e não para dela colher quaisquer benefícios políticos, optamos pelo silêncio, optamos por não participar com declarações que pudessem perturbar ainda mais o processo, optamos por reunir com o Presidente de Câmara e dele colher informações quanto ao processo, em suma, estivemos neste processo pelos interesses de Guimarães, actuamos da forma que nos pareceu mais responsável para dar o nosso contributo para a resolução, e nesta altura, é igualmente justo destacar a postura que optamos por ter e o contributo que igualmente teve o PSD para uma resolução deste diferendo, pelos interesses de Guimarães”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----*

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Deu conhecimento dos resultados da Campanha de Verão de Recolha de Alimentos promovida pelo Departamento de Desenvolvimento Social do Banco Social da Cooperativa Fraterna, agradecendo aos hipermercados, superfícies comerciais, escuteiros e comunicação social envolvidos na campanha; **2** – Do ofício da Direcção da Casa do Povo de Briteiros dando conhecimento que, na sequência da audiência havida e no cumprimento dos procedimentos acordados,

a referida Direcção apresentou a sua demissão, tendo sido nomeada uma Comissão Administrativa, criando-se, assim, condições para que os serviços prestados por esta associação não encerrem; **3** – Do ofício do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas dando conhecimento que, pelo avisos nºs 7, 8, 9 e 10, de 17 de Junho de 2011, publicados na página da Internet da Autoridade Florestal Nacional, forma classificadas de interesse público as seguintes árvores existentes no concelho de Guimarães e pertencentes à Câmara Municipal de Guimarães: 18 exemplares de *Camellia japónica*, vulgarmente conhecidas por cameleiras, situadas nos jardins do Palácio Vila Flor, freguesia de Urgezes; 2 exemplares de *Platanus orientalis* (plátanos) e um *Aesculus hippocastanum* L, existentes nos Jardins do Paço dos Duques de Bragança, freguesia de Oliveira do Castelo; um *Cedrus deodara* (cedro-do-himalaia) existente no parque de estacionamento do Cemitério da Atouguia, freguesia de Creixomil; um *Pinus pinea* (pinheiro-manso), existente na rotunda da antiga E.R. 206, freguesia de Silvares. Mais informam que, nos termos da legislação em, vigor, o arranjo, incluindo o corte e a desrama destas árvores, fica sujeito a autorização prévia da Autoridade Florestal Nacional; **4** – Deu conhecimento que o Bordado de Guimarães arrecadou dois prémios no concurso bienal do Instituto do Emprego e Formação Profissional, realizado na Feira Internacional de Artesanato, em Lisboa. As bordadeiras Adélia Faria, Conceição Ferreira e Isabel Oliveira ganharam o terceiro prémio na categoria de Artesanato Tradicional e estimulou ainda a parceria entre as mesmas e a artesã/designer Cristina Vilarinho, cujo resultado se saldou no primeiro prémio na categoria de Artesanato Contemporâneo; **5** – Deu conhecimento que o I Congresso Histórico Internacional – As Cidades na História



dividir-se-á nas seguintes cinco grandes áreas temáticas: a cidade no mundo antigo, na época medieval, moderna, industrial e transição demográfica e, finalmente, a cidade na época actual. O Congresso é co-organizado pela Asiciación de Demografia Histórica (ADEH), Società Italiana de Demografia Storica (SIDES), Société de Démographie Historique (SDH) e a Associação Portuguesa de Demografia (APD) sendo coordenadores da Comissão Científica do Congresso David Reher e Maria Norberta Amorim. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA
REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011. DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. –

**VOTO DE LOUVOR AOS ATLETAS SUSANA DANIELA E
NELSON SILVA DO CLUBE DESPORTIVO DA CERCIGUI –**

Presente a seguinte proposta: “Em plena ascensão desportiva ao longo dos últimos anos, os atletas vimaranenses de desporto adaptado têm alcançado resultados invejáveis, como foi o caso recente no 1º Campeonato da Europa de Atletismo para Atletas com Síndrome de Down, realizado em Cagliari, em Itália, onde Susana Daniela e Nelson Silva, atletas do Clube Desportivo da CERCIGUI, em representação da Selecção Nacional ANDDI-PORTUGAL, conquistaram o título europeu por equipas e as medalhas de ouro de estafetas 4x100. Assim sendo, proponho que seja aprovado um Voto de Louvor a Susana Daniela Pereira Castro e Nelson Emanuel Leite Silva pela conquista dos títulos no 1º Campeonato da Europa de Atletismo para Atletas com Síndrome de Down.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO ESCOLAR DE PONTE – CONTA

FINAL – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1 – Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 21 de Janeiro de 2010, foi a empreitada em título adjudicada à empresa Alberto Couto Alves, S.A., pelo valor de 3.729.000,00€ + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de 3.682.560,05 € + IVA. 3 - Constata-se a existência de Trabalhos a Menos correspondente a 1,24 % do valor da adjudicação, nomeadamente: Não esgotamento da medição de alguns artigos previstos em projecto, que corresponde 35.518,09 € + IVA (0.95%), nomeadamente aos art. 8.4; 12.1; 12.4; 15.16; 15.18, etc. da lista de medição e orçamento; Suprimento de trabalhos, conforme informação em anexo (doc. 1), que corresponde a 10.921,86 €+IVA (0.29%). 4 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art.º 1º do DL nº6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 6 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de 87.533,21€ + IVA. 7 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de 3.770.093,26€ + IVA, sendo que 3.682.560,05€ + IVA de trabalhos contratuais e 87.533,21€+ IVA da revisão de preços provisória e do Auto final no valor de 265.068,31€ + IVA e correspondente ao auto de revisão de preços no valor de 6.605,24 € + IVA. 8 - Para cumprimento do disposto no art.º 399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele



estabelecido. 9 - De acordo com o nº 1 do art.º 401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE PAVILHÕES GIMNODESPORTIVOS – ERROS –

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 15 de Junho de 2011, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros aceites respeitante ao procedimento do “Requalificação e Beneficiação de Pavilhões Gimnodesportivos”. De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, a lista de erros deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de erros aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 15 de Junho de 2011.” A lista de erros dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE MESÃO FRIO – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO –

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião de 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Mesão Frio a execução das seguintes obras:

"Pavimentação do Estacionamento do Alto de Santo António; repavimentação entre as Ruas do Assento e João Paulo II e Alargamento da Curva na Rua Paço Vieira". A Junta de Freguesia de Mesão Frio, através do ofício n.º 20 de 14 de Maio de 2011, informa esta Câmara Municipal que este ano não têm possibilidades de executar a obra de "Alargamento da curva na Rua Conde Paço Vieira" por dificuldades de entendimento com os proprietários dos terrenos em causa. Em sua substituição pretendem executar o "Alargamento da Curva da Rua da Carreira", junto à Escola de Paço Vieira, demolindo e reconstruindo o respectivo muro. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário uma alteração ao protocolo celebrado em 28 de Abril de 2011, na sua cláusula 1ª, delegando a Câmara na Junta de Freguesia de Mesão Frio a execução das obras de Pavimentação do estacionamento do Alto de Santo António, repavimentação entre a Rua do Assento e João Paulo II e Alargamento da Curva da Rua da Carreira (junto à Escola de Paço Vieira) com a demolição e reconstrução do respectivo muro." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS COM AS ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DE ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR –

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é do conhecimento superior, as actividades de animação (prolongamento de horário) e de apoio à família (refeitório) para as crianças matriculadas nos jardins de infância da rede pública são desenvolvidas em parceria com os Agrupamentos de Escolas, Centros Sociais, Juntas de Freguesia, e Associações de Pais, entidades conhecedoras das realidades locais e, para as quais a



Autarquia transfere, em cada ano lectivo, com base no Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar, verbas destinadas a comparticipar nos encargos para o desenvolvimento de actividades de almoço e prolongamento de horário. Assim e a exemplo do ano transacto, propõe-se que sejam formalizadas em protocolo as parcerias estabelecidas com as várias Entidades. Para apreciação superior e posterior deliberação em reunião de Câmara, junto se anexa a listagem nominal das entidades e duas minutas de protocolo.” A listagem nominal das entidades e as duas minutas de protocolo dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO – Presente, para aprovação, a decisão da Comissão de Selecção de Bolsas de Investigação, tomada em sua reunião de 15 de Junho de 2011, que aprovou por unanimidade o segundo relatório apresentado pela bolseira Maria Isabel Leitão. A acta da Comissão de Selecção de Bolsas de Investigação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

BIBLIOTECA MUNICIPAL RAUL BRANDÃO – DOAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DURANTE O ANO DE 2010 – Presente, para aprovação, a lista de publicações doadas à Biblioteca Municipal Raúl Brandão por diversas entidades, durante o ano de 2010. A referida lista dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, ACEITAR A DOAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES.** -----

SUBSÍDIOS – CONVÍVIO – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA – Presente a seguinte proposta: “O “Convívio” – Associação Cultural e Recreativa completa, no presente ano de

2011, cinquenta anos de uma intensa e continuada acção de promoção cultural da cidade que marcou toda a década de 60 do século passado, o pós 25 de Abril, e nos anos mais recentes tem sido parceiro das mais relevantes iniciativas culturais que ocorrem em Guimarães. Para partir para uma nova fase que seja continuadora do meio século anterior, a Direcção daquela associação propõe-se realizar obras de beneficiação da sua sede, instalada num edifício com interesse patrimonial integrante do centro histórico da cidade, cujo montante, de acordo com orçamento enviado que mereceu parecer favorável do Departamento de Obras Municipais, se aproxima dos 50 000,00€, tendo solicitado apoio municipal. De acordo com o Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães, o pedido foi analisado pelo Departamento de Juventude, Educação e Cultura que emitiu parecer que as obras se “revestem de inquestionável cultural” em função da reabilitação de um edifício com interesse patrimonial, da importância da conservação do seu interesse artístico e da optimização das condições de acolhimento cultural, o que permitirá instalar uma residência para artistas. Considerando as razões constantes do parecer citado, proponho que a Câmara Municipal conceda ao “Convívio” – Associação Cultural e Recreativa, registada com o nº 5016705/RMECARH, o subsídio de 23.950,00€ (vinte e três mil novecentos e cinquenta euros) correspondente a 50% do orçamento de obras indicadas para a valorização da sua sede social, a pagar mediante autos de medição do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do nº12 do artigo 13º do Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica



07 e na unidade económica 08.07.01. **O Vereador César Machado não participou na discussão e na votação da proposta. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

SUBSÍDIOS – CINECLUBE DE GUIMARÃES – XXIII EDIÇÃO DO “CINEMA EM NOITES DE VERÃO”

– Presente a seguinte proposta: “Cinema em Noites de Verão” é uma iniciativa do Cineclube de Guimarães que contou desde sempre com o apoio financeiro e logístico da Autarquia, e que, apesar de já contar mais de 20 edições consecutivas, mantém e reforça consistentemente, em resultado de programações de grande qualidade, a sua capacidade de atracção de públicos para o Cinema, num ambiente informal e de acesso livre. Assim, em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a atribuição, ao Cineclube de Guimarães, de um subsídio de €10.000,00 (dez mil euros), destinado a comparticipar nos custos de organização do XXIII Cinema em Noites de Verão, a decorrer no Largo da Oliveira no próximo mês de Agosto.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. **O Vereador César Machado não participou na discussão e na votação da proposta. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL RECREATIVO DE ALDÃO – DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Grupo Recreativo Cultural de Aldão, vem solicitar a doação de mobiliário obsoleto para equipar as suas instalações. Atendendo a que existe em armazém mobiliário que já não satisfaz as necessidades dos serviços

municipais, submete-se à consideração superior a doação ao Grupo Recreativo Cultural de Aldão, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 4, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo sido atribuído o valor de €150,00, conforme quadro abaixo discriminado. -----

| DESIGNAÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|--|----------------|----------------|
| Secretária estrutura metálica cor bege tampo em madeira com 1 bloco de 3 gavetas | €30,00 | €30,00 |
| Cadeira giratória estrutura metálica revestida a napa preta | €20,00 | €20,00 |
| Estante em madeira com 3 prateleiras e 2 portas | €55,00 | €55,00 |
| Estante em madeira com 3 prateleiras | €45,00 | €45,00 |
| Total | | €150,00 |

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – FESTAS DA CIDADE E GUALTERIANAS – TROFÉU PARA FEIRA DE GADO – Presente um ofício da Cooperativa “A Oficina” solicitando a atribuição de um troféu destinado à Feira do Gado e Concurso Pecuário, a realizar no âmbito da edição de 2011 das Festas da Cidade e Gualterianas. **A Vereadora Francisca Abreu não participou na discussão e na votação da proposta. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE S. CLEMENTE – FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE LURDES – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um pedido da Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora de Lurdes, freguesia de Sande S. Clemente, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, a realizar entre os próximos dias 12 e 21 de Agosto. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Sande S. Clemente, de um subsídio correspondente a 50% do montante do



consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €46,22 (quarenta e seis euros e vinte e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----
PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----